

Mapeamento Cultural: uma Metodologia Sustentada para o Património Cultural Imaterial

Sónia Moreira Cabeça

CIEO | Centro de Investigação sobre Espaço e as Organizações – Universidade do Algarve



Atividade "Aguçar a Perspetiva" - Barroca - Produtos Culturais e Turísticos © Sónia Cabeça

Reconhecer, inventariar e situar bens culturais é um instrumento poderoso para as comunidades. Através do mapeamento cultural é possível criar uma narrativa sobre a identidade de um lugar, agregando informações culturais intangíveis que são importantes para as comunidades – como as práticas sociais, as tradições, as histórias, o saber-fazer e os valores – e que situam as pessoas nos seus lugares, no mundo.

Ao tornar o intangível visível, o mapeamento cultural é um poderoso mecanismo de governança, envolvendo as comunidades no processo de determinar o que melhor define a sua identidade e o que torna o seu lugar, com as suas idiossincrasias, tão especial.

Este artigo fornece informações sobre esta metodologia, que é simultaneamente um processo, focando em especial a importância do mapeamento emocional e intangível e os possíveis benefícios do uso do mapeamento cultural para o desenvolvimento sustentável dos lugares: o património cultural imaterial, pertença das comunidades e continuidade geracional (UNESCO, 2013), é um recurso cultural que importa mobilizar para o bem-estar das regiões e das suas gentes.

Palavras-chave: mapeamento cultural, mapeamento cultural emocional e intangível, património cultural imaterial, desenvolvimento sustentável, metodologia participativa.

Mapeamento Cultural: conferindo a identidade dos lugares

A identidade de um lugar é uma narrativa construída sobre os significados que as pessoas associam ao seu espaço, tendo em conta as suas dimensões física, social e histórica (Eräranta et al., 2016). Essa construção de significado não pode ser conduzida sem a comunidade que nela vive, pelo que qualquer pessoa ou comunidade pode construir o seu mapa, expressando tanto a história da sua vida como a dos seus lugares (Lydon, 2003). Ao coletar informações culturais significativas, que localizam as pessoas nos seus lugares e no mundo, o mapeamento cultural – inventariando e situando bens culturais – é um poderoso instrumento para as comunidades, tornando o intangível visível e revelando uma parte importante de como um lugar é sentido. Este processo, ao envolver as comunidades na definição do sentido do lugar, é um poderoso mecanismo de governança que pressupõe uma participação ativa. É, também, profundamente territorializado, conferindo a cada lugar o seu “espírito”, determinado pelos recursos e comunidades que lhe estão afetas, ligando património e praticantes aos seus lugares.

O mapeamento cultural pode ser definido como o processo de coleta, registo, análise e síntese de informações que descrevem os recursos culturais duma determinada comunidade ou grupo (Stewart, 2007), providenciando uma imagem integrada da cultura e significado de um determinado lugar (Pillai, 2013). Mapear é, portanto, construir uma narrativa, discursiva e visual, sobre a identidade de um lugar, através dos olhos das comunidades e grupos.

Hoje a cartografia moderna reconhece que os mapas, mais que meros aportes visuais geograficamente informativos, conservam a memória das gentes, tornando as dimensões emocional e afetiva elementos integrais (Caquard & Cartwright, 2014). Reconhecem, ainda, a necessidade de incluir uma perspectiva cultural no processo de mapeamento (Cosgrove, 2005). Como Perkins (2009) aponta, um conjunto mais amplo de práticas cartográficas é necessário, ligando a geografia

ao contexto social, e às intangibilidades, essenciais para determinar a identidade de um lugar. Emoções e percepções são, portanto, uma parte crucial da cartografia moderna (Pánek & Benediktsson, 2017).

Mais que uma metodologia, que permite chegar a um fim, o mapeamento cultural é um processo que envolve tanto a recolha como a apresentação dos dados. Trata-se de um processo eminentemente social no qual é definida a identidade de um local (Offen, 2003). Dada a natureza participativa do mapeamento cultural (Duxbury et. al, 2015), esta metodologia e processo "critica inerentemente a geografia histórica dominante ou convencional", discute "o significado social e político maior do projeto de mapeamento" (Offen, 2003: 390) e é uma ferramenta de desenvolvimento ao serviço das comunidades (Freitas, 2016). "O mapeamento da comunidade é tanto a recuperação quanto a descoberta das conexões e do terreno comum que todas as comunidades compartilham", e uma parte vital "da aprendizagem participativa, fortalecimento da comunidade e planeamento sustentável" (Lydon, 2003: 131).

Duxbury, Garrett-Petts e Maclennan (2015) identificam cinco trajetórias principais atuais na prática do mapeamento cultural. A primeira, com vista à coesão comunitária (ou “contra-mapeamento”), cria mapas e visões alternativas, que visam uma mudança de perspectiva. A segunda, política cultural, faz convergir todos os setores de uma dada comunidade (civil, académica, industrial, governamental) numa estratégia de desenvolvimento cultural e criativo. A terceira, o mapeamento cultural no contexto da governança municipal, diz respeito ao planeamento cultural realizado pelos governos locais para conhecer e melhorar os seus bens culturais. No mundo das artes, quarta trajetória, o mapeamento cultural realizado é inspirado em questões como a urbanização ou práticas culturais. Finalmente, o mundo académico aborda questões como a produção de mapas, mapeamento intangível e emocional, recartografia, sistemas de informação geográfica, etc.

Novos modos de mapear (e contra mapear) forçam os limites da geografia (Cattoor & Perkins, 2014) e conferem novas interpretações aos lugares, que hoje se definem também pelas suas intangibilidades. O poder narrativo dos mapas e o reconhecimento de que a identidade de um lugar é construída pelos significados que as pessoas lhe atribuem (Eräranta et al., 2016) fazem do mapeamento cultural uma ferramenta essencial para o desenvolvimento dos territórios, cuja identidade está ancorada nos seus recursos e comunidades e no conhecimento dos elementos culturais que conferem a sua identidade.

Novas abordagens epistemológicas e teóricas emergem: "cartografia pós-representacional" (Kitchin, et. al., 2013), "geografias emocionais" (Anderson e Smith, 2001), "mapeamento cognitivo" (Austin, 1994), "topografia emocional" (Graybill 2013), "geovisualização afetiva" (Aitken & Craine 2006), entre outras. Os mapas deixam de representar apenas o espaço para neles incluir o envolvimento emocional do processo (Craine & Aitken, 2009), e as respostas emocionais à cartografia (cartografia cognitiva) (Klettner et al., 2013). A partir do exercício de mapeamento cultural surgem mapas com novos formatos e conteúdos, incluindo o património imaterial, as emoções, as histórias, etc.; mapas que fornecem visões alternativas duma paisagem que é re-imaginada (recartografização), novas narrativas e novos discursos. As metodologias de mapeamento tornam-se mais amplas à medida que novos quadros teóricos são discutidos e a cartografia se reajusta para nela incluir aspetos intangíveis, emocionais, sociais e culturais.

Exemplos de novas metodologias associadas ao mapeamento cultural incluem o mapeamento de mapas (Farias, 2011); abranger as estruturas espaciais das histórias (Caquard & Cartwright, 2014) e *storytelling* (Jeannotte, 2016); mapear enquanto se escreve (Radović, 2016) ou explora um local (Roberts, 2014); filmar uma caminhada (*cinemapping*) ou caminhar à deriva (Radović, 2016); roteiros, argumentos e cenografia (Eräranta et al., 2016); estudos etnográficos (Cauchi-Santoro, 2016); mapear fotografias dos utilizadores da web (Straumann et al.,

2014); sistemas de informações geográficas, técnicas e ferramentas de geovisualização (Craine & Aitken, 2009), novos softwares e novas formas de abordagem de dados (Reuschel et al., 2014).

O mapeamento cultural, incidindo no património intangível e emocional, tem sido frequentemente utilizado como ferramenta útil, por exemplo, para aferir diferentes perceções do espaço urbano (Projeto *EmoMap*), para construir mapas que expressam a relação sentimental entre pessoas e cidades (Projeto *Invisible City*), para mapear a complexidade afetiva, sensual e efémera dos espaços, focando em "sutilezas" intangíveis (Projeto *Mn'M - Measuring the Non-Measurable*), para mapear a cultura e as expressões dos lugares (*Small Cities CURA*), etc. O mesmo exercício está a ser aplicado ao domínio da literatura na construção de um *Atlas Literário da Europa*, projeto que mapeia e analisa a geografia da ficção. Em 2017, o Projeto CREATOUR mapeou os territórios através de objetos (Cabeça et al., 2018): quais são os elementos tangíveis que caracterizam uma determinada região ou comunidade e que as tornam únicas e valiosas? Estas diferentes aplicações do mesmo recurso (fornecendo ferramentas educacionais, sociais, comunitárias, académicas) parecem coincidir num aspeto: a afirmação de identidades locais através do significado do lugar. Relações emocionais podem ser criadas através do mapeamento cultural. Entender o impacto emocional dos territórios e que emoções, valores e expectativas surgem ao evocar as práticas culturais intangíveis que nos determinam, permite desenhar uma paisagem emocional que liga as comunidades ao seu património e ao seu território.

Os novos mapas não convencionais e a cartografia moderna recriam paisagens, integrando dimensões emocionais e afetivas, transformando os espaços, mapeando histórias e procurando novas formas de representar visualmente as emoções e outras intangibilidades que são determinantes na definição de um espaço.

Mapear o Património Cultural Imaterial

A Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (UNESCO, 2013: art.º 2, ponto 1) enquadra enquanto património cultural imaterial “as práticas, representações, expressões, conhecimentos e competências (...) que as comunidades, grupos e, eventualmente, indivíduos reconhecem como fazendo parte do seu património cultural”. Esta imaterialidade não subsiste, porém, sem a tangibilidade que lhe está associada – “instrumentos, objetos, artefactos e espaços culturais” – ou sem uma comunidade de praticantes. Tão pouco ocorre num vazio espacial (id. Ibidem). Três dimensões são, portanto, essenciais na definição do património intangível: as comunidades, grupos e, sendo o caso, indivíduos – criando, recriando e transmitindo as suas práticas – os objetos tangíveis que permitem a sua prática; e o contexto em que este ocorre, situado num tempo e num espaço e que determina a sua evolução. O território em que o património cultural imaterial é mantido e desenvolvido, “é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio envolvente, da sua interação com a natureza e da sua história”, o que lhe confere um “sentido de identidade e de continuidade” (id. Ibidem).

O Património Cultural Imaterial está intimamente ligado às comunidades e aos territórios, ao modo como cada lugar é sentido. Estudos sobre manifestações culturais comprovam a forte relação entre património imaterial, portadores da tradição e território (Cabeça e Santos, 2016; Cabeça, 2016). Um claro exemplo desta forte ligação encontra-se na relação entre o Alentejo e o seu património imaterial mais identificável, o Cante Alentejano, inscrito na lista representativa do “Património Cultural Imaterial da Humanidade” da UNESCO em 2014. Nesta região a sul de Portugal, pode escutar-se uma maneira de cantar sem instrumentos, diferente de outros no país e no exterior: o Cante Alentejano. A ligação entre este tipo de canto e o seu espaço geográfico é tão forte que “Cante” é quase sinónimo de “Alentejo”. Nenhuma outra prática musical em Portugal se refere geograficamente a um território (cultural, social, político) tão perentoriamente como o Cante: quer

estejam no Alentejo, na margem sul do Tejo ou em Toronto, os cantadores reclamam para si a denominação de “alentejanos”; e ser do Alentejo é quase o equivalente a ser portador (num sentido amplo) deste canto original (Cabeça & Santos, 2016). De facto, o Cante Alentejano é muitas vezes referido apenas como Cante, uma vez que essa única palavra indica já as suas origens (Alentejo). Ao comparar as descrições feitas do que é o “Alentejo” e o que é o “Cante Alentejano” pelos Municípios e Regiões de Turismo (Cabeça, 2018), a relação entre a região e o seu capital cultural torna-se ainda mais evidente: os mesmos elementos-chave são utilizados para definir ambos. O Alentejo é “paisagem e natureza”, “identidade e autenticidade”, “gastronomia e vinhos”, “feiras e festas”, “cultura e património”, “povo”, “lazer e recreação”. E também assim é definido o Cante. Uma frase, que pode ser encontrada no *website* do Município de Castro Verde, ilustra perfeitamente a ligação: “*O cante agarrou-se ao branco das casas, à rasura da paisagem, à verticalidade das azinheiras e dos homens*”.

Topophilia, o apego emocional ao lugar (Casey, 2009), faz do mapeamento cultural, emocional e intangível em particular, uma ferramenta útil para melhor apreender os bens culturais de uma determinada comunidade ou território. Além disso, o património mobiliza os mecanismos de produção da identidade cultural (Cabeça & Santos, 2016). Quando envolvidos em determinar o que é especial nos seus lugares, as comunidades sentem-se especiais por viver num lugar especial (Gu & Ryan, 2008: 646) (fenómeno que ocorreu durante a candidatura do Cante à UNESCO). Benefícios sociais e culturais foram, então, conseguidos. Vários estudos focam o reforço do sentido de pertença comunitário através do mapeamento cultural (Lydon, 2003; Offen, 2003; Parker, 2006; Perkins, 2007). Como Grasseni (2004) sublinha, ao evocar a história e as práticas culturais, o mapeamento cultural molda as identidades locais, liga pessoas e lugares e atesta o “terreno comum” que todas as comunidades partilham (Lydon, 2003: 131).

Um recente exercício de mapeamento cultural, sob a coordenação da Proactivetur/Projeto TASA, ilustra o potencial benefício para as comunidades e para a preservação do património cultural das gentes e dos territórios. Em São Bartolomeu de Messines (Algarve, Portugal), uma intervenção artística desenvolvida em parceria com a comunidade local criou um roteiro dedicado à arte da latoaria. Em vários locais da vila associados a esta prática (definidos, sublinhamos, em conjunto e ditados pelas vivências locais) são hoje exibidas peças executadas por novos latoeiros que, utilizando técnicas antigas, lhes conferiram um cunho pessoal e atual. Com este itinerário de 11 ruas, de acordo com os promotores, se *“reaviva memórias enraizadas na comunidade relacionadas com a latoaria, com os seus artífices e com a própria identidade da vila. (...) Uma vila feliz em torno de um ofício resgatado”*, concluem.

Mapeamento Cultural: ao serviço das comunidades e rumo ao desenvolvimento sustentável

Os recursos culturais regionais e o envolvimento da comunidade são, como frequentemente é afirmado, fontes de desenvolvimento e rendimento. Essa visão é compartilhada por regiões e autoridades locais em todo o mundo, que desenvolvem as suas Estratégias de Especialização Inteligente, baseadas nos pontos fortes das suas regiões e através da inovação, criatividade e novos processos de governança abertos e participativos (Barata et al., 2017). E, de facto, estes processos estão profundamente enraizados nas condições territoriais. Há uma ligação entre a inovação e as características culturais específicas de um local que enfatiza a dimensão espacial da criatividade e a sua relação com as características específicas do capital territorial (natural, físico, simbólico, humano e espacial) (id. ibidem: 95). Além disso, o envolvimento da comunidade, ao fortalecer o sentido de pertença, pode levar a um maior interesse das autoridades públicas na manutenção de um lugar (Gu & Ryan, 2008). O património pode ser uma ferramenta ao serviço de novos processos de governança, um recurso ao serviço do desenvolvimento local e promotor do envolvimento comunitário.

Compreender o que cada lugar encerra de especial através do envolvimento das comunidades poderá contribuir para um desenvolvimento mais sustentável e trazer benefícios económicos para as comunidades e regiões. Ao ligar o património cultural ao seu território e às suas comunidades, situando-os num espaço e num tempo, os bens culturais significativos, tangíveis e intangíveis, emergem para criar lugares distintos, fortalecer a identidade local e promover o uso de recursos locais (humanos, naturais, culturais, sociais).

- **Reforço da identidade local e criação de elementos distintivos**

A cultura desempenha um papel importante na construção de uma paisagem, da imagem de um lugar (Gonçalves, 2005), e o património cultural imaterial é uma dimensão importante para aferir o “sentido de um lugar”, dotando-o de uma identidade distinta (Longley & Duxbury, 2016). Existem técnicas, saberes-fazer, tradições inerentemente pertencentes a grupos específicos e desenvolvidas em lugares específicos. Esses bens culturais não podem ser desconectados nem das suas propriedades formais, nem dos seus meios e modos de produção, nem do contexto em que ocorrem (Cabeça, 2016). O mapeamento do património cultural imaterial permite encontrar ou redescobrir a identidade de um local, captando as narrativas que dão significado a um determinado lugar (Jeannotte, 2016) e identificando o que o torna tão especial. Emoções e lugares estão assim ligados (Pánek & Benediktsson, 2017). Nesse sentido, a mobilização dos recursos culturais específicos de cada localidade é extremamente importante para criar destinos únicos, territórios únicos com recursos únicos, para tornar cada local especial, vivido e sentido de forma especial. Cada lugar veicula os seus próprios símbolos culturais. Estabelecer a ligação entre as manifestações particulares da cultura e criatividade e os locais específicos onde ocorrem permite que cada lugar se apresente como distinto (Richards & Wilson, 2005). Tendo esta evidência em conta, o mapeamento cultural, ao ligar pessoas a lugares, é uma ferramenta, uma metodologia e um processo ao serviço das comunidades que pode ajudar a desenhar a imagem de um lugar, determinando o que melhor o define.

- **Alocar recursos endógenos**

Mapear os recursos culturais, redes, ligações e padrões de uso de uma determinada comunidade ou grupo, num processo participativo comunitário, é também um primeiro passo em direção à sustentabilidade e ao desenvolvimento da cultura local. Quando as comunidades possuem o conhecimento dos seus próprios recursos e forças, estes podem ser usados para estimular a criatividade e a inovação. Valorizar a especificidade cultural e natural de cada território a uma escala comunitária pode levar à criação de redes de entendimento entre diferentes atores e gerar novas indústrias culturais e criativas que incorporam ou transmitem expressões culturais. Esta visão de base territorial é uma proposta de valor para a economia global que enfatiza o capital territorial, dimensão espacial que relaciona um determinado território às suas características específicas. Em tal visão, o valor da cultura e o sentido do lugar são a base do desenvolvimento territorial.

A identificação dos recursos locais, como o património e os valores culturais, pode trazer prosperidade para a comunidade local e benefícios como a preservação de valores culturais e de património cultural, a afirmação duma identidade local, orgulho e outros valores sociais (Ohridska-Olson & Ivanov, 2010). A mobilização de recursos endógenos e o envolvimento das comunidades nesse processo – em que o mapeamento cultural é um primeiro passo – encerra um valor económico e social para as comunidades e instituições locais e regiões. Mobilizar os bens culturais, em particular, poderá ajudar a combater a desertificação, revitalizar artes e ofícios, tradições e saberes-fazer, promover espaços e lugares associados ao património, resgatar memórias, promover a criatividade e a inovação social. O uso do património associado a um território pode igualmente gerar competitividade e produtos exclusivos e contribuir para uma gestão eficiente dos recursos.

O mapeamento cultural promove a autodeterminação das comunidades e o seu sentido de identidade e de pertença (Duxbury & Campbell, 2009) ao construir narrativas baseadas nos significados que as pessoas atribuem às suas práticas e à forma como fazem uso

dos seus recursos culturais. A autoexpressão duma comunidade pode não só melhorar a sua qualidade de vida, mas também, aliada a atividades criativas, dotar os lugares duma maior capacidade de sobreviver ao longo do tempo, fazendo uso das suas forças internas e dos seus recursos locais (id. ibidem). Estudos realizados sobre música comunitária (Gibson & Gordon, 2016), por exemplo, demonstram como a performance e a expressão musical participativa tornam as comunidades melhor preparadas para os tempos vindouros e como, através da cultura, uma comunidade pode aumentar a sua capacidade de resiliência em tempos de incerteza e mudança.

- **Envolvimento da comunidade e tesouros vivos da humanidade**

Uma prática cultural não subsiste sem praticantes, sem reguladores (Cabeça, 2016): os indivíduos e grupos portadores da tradição são a força motriz da produção e reprodução de bens culturais e aplicam normas, socializam os novos praticantes, avaliam e sancionam as práticas (aceitáveis ou não, boas ou más ...). Uma perspectiva *emic* (Pike, 1954) é, portanto, indispensável para compreender como o património cultural imaterial se define e qual a sua capacidade para perdurar: o que é considerado pelos portadores da tradição como relevante para o seu sistema de práticas comportamentais e culturais? Tal entendimento traduz a maneira como os participantes de uma determinada cultura entendem e organizam a sua relação com o mundo.

O mapeamento cultural não pode, portanto, ser realizado sem envolver as comunidades: o valor patrimonial das manifestações culturais não pode ser uma mera parte da retórica política e ideológica ou uma tentativa desesperada de evitar a extinção de certas expressões culturais (Cabeça, 2016). Os portadores do património, como praticantes e reguladores das suas expressões culturais, são um elemento-chave e devem ter um papel ativo na determinação do que melhor descreve as suas regiões e o significado das suas práticas (id. ibidem).

Para melhor compreender os portadores da tradição e do património cultural imaterial e a comunidade mais ampla que os enquadra, a construção social dos seus conhecimentos e técnicas específicos assumem particular relevância. A evidência de que tanto a prática como a transmissão de saber-fazer são o melhor veículo para a continuidade de uma tradição, torna a identificação desses atores e o mapeamento dos seus recursos um exercício indispensável. Este pressuposto vai ao encontro das preocupações expressas pela UNESCO no documento exarado sobre "*Tesouros Vivos da Humanidade*" (2002), indivíduos que possuem um elevado grau de conhecimento e técnicas necessárias para criar ou produzir ou recriar determinados elementos do património cultural imaterial (artigo 2º, ponto 1). O organismo aposta na transmissão geracional como mecanismo de salvaguarda das práticas culturais; reconhece o importante papel destes detentores do saber para "a salvaguarda sustentável do património cultural imaterial", ao transmitir esse conhecimento às novas gerações (artigo 1ª, ponto 3) e a perigosidade do seu não reconhecimento (id. ibidem).

A fim de salvaguardar e transmitir o património, para além daqueles que possuem o saber-fazer, toda a comunidade deve ser também mobilizada em torno de um objetivo que é comum. Atores e entidades locais, competentes e comprometidas, devem contribuir, partilhando as suas ideias e sentimentos sobre os seus interesses comuns, criando projetos em parceria e desenvolvendo estratégias baseadas na avaliação das oportunidades, necessidades e recursos locais. Um primeiro passo neste processo participativo é criar uma narrativa comum sobre um lugar tendo em conta a perceção do espaço que é feita pela comunidade. O mapeamento cultural, com a sua abordagem participativa, cria um espaço de debate e, eventualmente, de tomada de decisão. Os resultados de tal exercício incluem a definição de um sentido de lugar e de uma identidade do lugar, o aumento do poder para influenciar políticas e incorporá-las ao nível local e regional e o fortalecimento da coesão social.

- **Preservação de tradições e lugares e transmissão geracional**

A viabilidade da salvaguarda do património cultural imaterial depende em larga medida das aspirações e do compromisso da comunidade. Ao envolver a comunidade no processo de definir o que melhor caracteriza os seus lugares, um notável fenómeno pode ocorrer: o capital cultural, reconhecido e valorizado pelos seus portadores, torna-se autónomo e transcendente às vontades individuais. Ele constitui um objeto simbólico de valorização imaterial, único, relevante e digno, maior que os seus portadores (Bourdieu, 1999). Tal fenómeno pode ser observado quando as práticas culturais são reconhecidas "Património Cultural Imaterial da Humanidade": de acordo com os praticantes, tal demonstra o valor das suas práticas. O Fado, o Cante, reconhecidos internacionalmente, são "expressões de um povo", cuja propriedade é de todos e de ninguém em particular, maior que qualquer individualidade. Ao envolver a comunidade no mapeamento cultural e, conseqüentemente, na valorização do património cultural, o apego dos portadores da tradição à sua cultura parece aumentar. Tal aconteceu durante a candidatura do Cante à UNESCO: cantadores e grupos corais uniram-se em prol dum projeto comum que apenas faria sentido se efetuado em conjunto (uma prova da natureza simbólica e do poder do capital cultural, do Cante em particular). Com a internacionalização e o reconhecimento do Cante, novos grupos foram formados, trazendo novos intérpretes para os grupos corais, especialmente jovens, outrora arredados da prática e hoje organizados em "grupos corais juvenis" ou inseridos nas fileiras de grupos preexistentes (Cabeça, 2016).

A capacidade do património cultural imaterial para perdurar depende, em última instância, da própria prática: a cultura é o resultado de uma construção em que há que praticar para que se mantenha viva. E praticar implica compreender o que os praticantes pensam e sentem sobre as suas tradições. Além disso, é preciso saber os modos "corretos" de execução e desenvolvimento de determinada prática. É o conjunto de discursos que os portadores transmitem

sobre suas práticas que determina o que é (ou não) parte integrante do seu património e quais os modos de execução e modalidades que lhe estão associadas, o que pode (ou não) ser feito, quais são as melhores maneiras de praticar, que maneiras são as recomendadas, que outras são más ou até absurdas e proibidas sob pena de descaracterizar a prática (Cabeça, 2016). São os atores sociais portadores do património cultural intangível que devem definir em que consistem as suas práticas. O futuro deste património depende, pois, da dinâmica social, do desenvolvimento da prática de acordo com o que foi definido como pertencente (e não pertencente) a uma certa tradição. Depende, também, da tangibilidade que lhe está associada: instrumentos, objetos, artefactos e espaços culturais, como acima mencionado.

O mapeamento cultural, ao determinar a essência dos lugares e a sua herança cultural, pressupondo a participação da comunidade para esse fim, e identificando os recursos indispensáveis que podem ser mobilizados para assegurar a transmissão do património, é uma metodologia participativa a ser utilizada. Quanto maior o conhecimento das práticas culturais - um resultado para o qual o mapeamento cultural em muito pode contribuir - maior a consciencialização das comunidades para as novas demandas, novos caminhos e desafios que o património cultural imaterial encerra. O mapeamento cultural, como um inventário que vai para além da definição de uma prática em si, cria uma narrativa global sobre um lugar, contextualiza o património no seu território e o relaciona-o com a sua comunidade. Ao fazê-lo, ao invés do mero exercício de identificação de bens culturais, o mapeamento cultural aborda o significado do património, consciencializando para a necessidade da sua preservação, transmissão e promoção. As candidaturas UNESCO, promovendo um maior conhecimento das práticas e dos lugares, alertaram o público para o valor da cultura, fazendo com que as comunidades se considerassem "dignos representantes" de um património cultural imaterial único. A atribuição de tal valor, que também resulta da construção da identidade de um lugar, levou a uma

maior consciência da necessidade de estudos e de inventariação, de formação e capacitação e à ideia generalizada de que alguns traços culturais devem ser mantidos para salvaguardar a identidade de um local e de uma comunidade.

Conclusão: património cultural imaterial, herança sustentável

Tornando o intangível visível, o mapeamento cultural situa as gentes nos seus lugares e envolve as comunidades num processo de determinação da identidade de um lugar. De base local, pressupondo uma interação participativa, o mapeamento cultural liga lugares, territórios e práticas culturais. Está intimamente ligado às características específicas do capital territorial (natural, físico, simbólico, humano e espacial) e ao sentido de lugar. Desta forma, o mapeamento cultural é uma metodologia útil para o desenvolvimento sustentável, uma vez que os recursos locais e o envolvimento da comunidade podem ser fontes de desenvolvimento e trazer benefícios económicos.

A sustentabilidade é, então, alcançada tendo em conta lugares e identidades e o uso de recursos locais. O património cultural intangível, forte marca da identidade cultural de um território, é imprescindível na operação e reconhecer as práticas culturais de uma dada comunidade e território um exercício fundamental. Mas mais que uma metodologia que elenca recursos, o mapeamento cultural, de natureza participativa, envolve os participantes em ações de cooperação, mantém a coesão, preserva práticas, eleva o sentimento de pertença, promove novas estratégias. O mapeamento cultural incentiva as comunidades a partilhar, identificar o seu terreno comum, a colaborar para o bem-estar, a aprender. Cria um espaço relacional único, daí resultando uma visão integrada do património. Reconhecer o capital cultural intangível de uma determinada comunidade e os recursos a ele associados é um exercício indispensável no caminho do desenvolvimento sustentável. Além disso, um forte sentido de lugar e a existência de um património que é vivido é um benefício por si só (Gu & Ryan, 2008). O património cultural imaterial é, em si,

um património sustentável, proporcionando aos territórios e comunidades uma identidade que torna cada local especial e único. Deste modo, também o património cultural imaterial contribui para a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável,

promovendo um crescimento económico inclusivo e sustentável, garantindo padrões de consumo e produção sustentáveis e promovendo o uso sustentável dos ecossistemas terrestres.

Referências

- AITKEN, S.; CRAINE, J. (2006). Guest Editorial: Affective Geovisualizations. Retrieved November 27, 2017, from <https://www.directionsmag.com/article/3015>
- ANDERSON, K., SMITH, S. J. (2001). Editorial: Emotional geographies. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 26(1), 7–10.
- AUSTIN, D. (1994). Incorporating cognitive theory into environmental policy making. *The Environmental Professional*, 16(3), 262–274.
- BARATA, F. T., MOLINARI, F., Marsh, J., CABEÇA, S. M. (Eds.). (2017). *Creative Innovation and Related Living Lab Experiences: a Mediterranean Model*. Évora: Cátedra UNESCO.
- BOURDIEU, P. (1979). Os três estados do capital cultural. In M. A. Nogueira e A. Catani (orgs.) (1999) *Escritos de Educação*, 2ª edição, Petrópolis: Vozes. 71-79
- CABEÇA, S.M.; SANTOS, J.R.d (2016). “Alentejo que és nossa terra”: a constituição dum território cultural na relação entre a forma cultural “Cante” e a entidade cultural “Alentejo”. *Atas do IX Congresso Português de Sociologia*, Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia.
- CABEÇA, S. M. (2016) *Estrutura e processo de formação das formas culturais: o caso do Cante Alentejano*, Évora: Cátedra UNESCO
- CABEÇA, SM; GONÇALVES, AR; MARQUES, JF; TAVARES, M (2018) Contributions of creative tourism to sustainable development: the CREATOUR research and incubation project. In R. Amoêda, S. Lira, C. Pinheiro, JMS Zaragoza, JCS Serrano, FG Carrillo (Eds.) *Heritage 2018 – Proceedings of the 6th International Conference on Heritage and Sustainable Development*, Granada: Editorial Universidad de Granada / Green Lines Institute for Sustainable Development, vol 2, 1671-1680
- CABEÇA, S. M. (2018) Intangible Cultural Heritage Contribution to Smart Tourism Territories: the case of Cante Alentejano & Alentejo (Portugal), II Smart Tourism Congress
- CAQUARD, S.; CARTWRIGHT, W. (2014). Narrative Cartography: From Mapping Stories to the Narrative of Maps and Mapping. *The Cartographic Journal*, 51(2), 101–106.
- CASEY, E. S. (2009). *Getting back into place: toward a renewed understanding of the place-world*. Indiana University Press.
- CATTOOR, B.; PERKINS, C. (2014). Re-cartographies of Landscape: New Narratives in Architectural Atlases. *The Cartographic Journal*, 51(2), 166–178.
- CAUCHI-SANTORO, R. (2016). Mapping community identity: Safeguarding the memories of a city’s downtown core. *City, Culture and Society*, 7(1), 43–54.
- COSGROVE, D. (2005). Mapping / Cartography. In Sibley et all. (Ed.), *Cultural geography: a critical dictionary of key concepts*. London: I.B. Tauris, 27-33
- CRAINE, J; AITKEN, S. C. (2009). The emotional life of maps and other visual geographies. *Rethinking Maps: New Frontiers in Cartographic Theory*, 28, 149.
- DUXBURY, N.; GARRETT-PETTS, W. F; MACLENNAN, D. (2015). Cultural Mapping as Cultural Inquiry. Introduction to an Emerging Field of Practice. *Cultural Mapping as Cultural Inquiry*, 1–44.
- ERÄRANTA, K.; LEINO, T.; SEPPÄLÄ, T., VIÑA, S.; TIMONEN, E. (2016). Mapping the Pig Tale Journey: A multidisciplinary design framework for cultural mapping in an old abattoir. *City, Culture and Society*, 7(1), 25–33.
- FARIAS, I. (2011). Tourist Maps as Diagrams of Destination Space. *Space and Culture*, 14(4), 398–414.
- FREITAS, R. (2016). Cultural mapping as a development tool. *City, Culture and Society*, 7(1), 9–16.
- GONÇALVES, A. R. (2008) As Comunidades Criativas, o Turismo e a Cultura. *Revista Dos Algarves*, 17, 10-18
- GRAYBILL, J. K. (2013). Mapping an emotional topography of an ecological homeland: The case of Sakhalin Island, Russia. *Emotion, Space and Society*, 8(1), 39–50.
- GU, H; RYAN, C. (2008). Place attachment, identity and community impacts of tourism—the case of a Beijing hutong. *Tourism Management*, 29(4), 637–647.
- JEANNOTTE, M. S. (2016). Story-telling about place: Engaging citizens in cultural mapping. *City, Culture and Society*, 7(1), 35–41.
- KITCHIN, R. (2010). Post-representational cartography. *Lo Squaderno, Explorations in Space and Society*, (15), 7–12.
- KITCHIN, R.; GLEESON, J.; DODGE, M. (2013). Unfolding mapping practices: a new epistemology for cartography. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 38(3), 480–496.

- KLETTNER, S.; HUANG, H.; SCHMIDT, M; GARTNER, G. (2013). Crowdsourcing affective responses to space. *Kartographische Nachrichten*.
- LONGLEY, A; DUXBURY, N. (2016). Introduction: Mapping cultural intangibles. *City, Culture and Society*, 7(1), 1–7.
- LYDON, M. (2003). Community mapping: The recovery (and discovery) of our common ground. *Geomatica*, 57(2), 131–143.
- OFFEN, K. H. (2003). Narrating place and identity, or mapping Miskitu land claims in northeastern Nicaragua. *Human Organization*, 62(4), 382–392.
- OHRIDSKA-OLSON, R; IVANOV, S. (2010). Creative Tourism Business Model and its Application in Bulgaria. Proceedings of the Black Sea Tourism Forum 'Cultural Tourism – The Future of Bulgaria.
- PÁNEK, J; BENEDIKTSSON, K. (2017). Emotional mapping and its participatory potential: Opinions about cycling conditions in Reykjavík, Iceland. *Cities*, 61, 65–73.
- PARKER, B. (2006). Constructing community through maps? Power and praxis in community mapping. *Professional Geographer*, 58(4), 470–484.
- PERKINS, C. (2007). Community Mapping. *The Cartographic Journal*, 44(2), 127–137.
- PERKINS, C. (2009). Performative and Embodied Mapping. *International Encyclopedia of Human Geography*, Elsevier. 126–132
- PIKE, K. L. (1954) *Language in relation to a unified theory of the structure of human behavior*, part 1, Glendale: Summer Institute of Linguistics
- PILLAI, J. (2013). *Cultural mapping: a guide to understanding place, community, and continuity*. Strategic Information and Research Development Centre
- RADOVIĆ, D. (2016). Measuring the non-measurable: On mapping subjectivities in urban research. *City, Culture and Society*, 7(1), 17–24.
- REUSCHEL, A-K.W.; PIATTI, B.; HURNI, L. (2014). Data-driven Expansion of Dense Regions – A Cartographic Approach, *Literary Geography* 51(2), 123–140.
- RICHARDS, G.; WILSON, J. (2005) Changing Places - the spatial challenge of creativity. In G. Richards e J. Wilson, From Cultural Tourism to Creative Tourism. Part 3 - Changing Places - the spatial challenge of creativity, ATLAS. 7-8
- ROBERTS, L. (2014). The Bulger Case: A Spatial Story. *The Cartographic Journal*, 51(2), 141–151.
- STEWART, S. (2007). *Cultural Mapping Toolkit*. (C. C. N. of C. and 2010 L. Now, Ed.). Vancouver.
- STRAUMANN, R. K., ÇÖLTEKIN, A; ANDRIENKO, G. (2014). Towards (Re)Constructing Narratives from Georeferenced Photographs through Visual Analytics. *The Cartographic Journal*, 51(2), 152–165.
- UNESCO. (2002). *Guidelines for the Establishment of National "Living Human Treasures" Systems*
- UNESCO. (2003). *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*.